

Assejur debate reformas que estão no Congresso

Governo Federal quer aprovar no Senado pacote de medidas que limitam gastos públicos e ameaçam o funcionamento de serviços essenciais; entidades ligadas ao aparelho judiciário firmaram posição contra as medidas, que contrariam princípios incorporados pela Constituição de 1988

O governo federal quer aprovar mudanças legislativas que estabelecem mecanismos de controle dos gastos públicos. Um dos pilares dessa reforma é a Proposta de Emenda à Constituição nº 55/16, votada pela Câmara dos Deputados e encaminhada ao Senado. A medida congela, pelo prazo de vinte anos, investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e segurança. A ofensiva do Executivo conta com o apoio do novo “Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”, que se reuniu no dia 21 de novembro. A renovação do Conselho, que foi criado durante o governo Lula, atinge quase 70% da sua composição.

Direitos reduzidos. Além do objetivo de “conter gastos”, a reforma sugerida pelo Executivo federal reduz direitos trabalhistas e previdenciários e facilita terceirizações na iniciativa privada e no setor público. Trata-se de medidas duras, que, independentemente dos seus efeitos políticos controvertidos, têm um formato jurídico de traços aparentemente inconstitucionais. Algumas entidades de classe ligadas ao aparelho judiciário já firmaram posição contra o projeto, que está no Senado (PEC nº 55/16). No Paraná, a Associação do Ministério Público divulgou uma nota que destaca: “Diante da extrema gravidade da proposta e das sérias consequências que dela advirão, o Ministério Público, em cumprimento à sua missão de defensor do regime democrático e dos direitos fundamentais da sociedade, manifesta repúdio à citada PEC, alertando a sociedade que tal iniciativa, que limita, de maneira drástica, o orçamento de setores que compõem os direitos fundamentais dos cidadãos, implicará profundo retrocesso ao País, desfigurando o modelo de Estado social e democrático de direito preconizado pela Constituição Cidadã de 1988”.

Aprofundando o debate. As reformas e a possível restrição de direitos conquistados pelo funcionalismo público foram objeto de um debate inicial entre membros da direção da Assejur, que se reuniu no último dia 21. Nos próximos informativos da associação, a abordagem do tema será aprofundada, com destaque para aspectos específicos do projeto (*confira abaixo*).

Os aspectos controvertidos do projeto

- **Contra os interesses da sociedade** - a PEC nº 55/16 proíbe novos investimentos públicos, ameaçando a eficácia de direitos fundamentais consagrados pela Constituição Federal
- **Serviços públicos serão comprometidos** - a redução de custos em áreas essenciais, como saúde, educação, segurança e Justiça, ameaça o agravamento da crise sanitária, sucateia as escolas públicas e os serviços sociais e dificulta o funcionamento do Poder Judiciário
- **Inconstitucionalidades em série** - segundo o Ministério Público do Paraná, a reforma contém dispositivos que afrontam os princípios sociais previstos na Constituição de 1988

Confraternização será na quinta

A direção da Assejur está finalizando os preparativos para a tradicional confraternização de fim de ano. O evento será realizado na quinta-feira, 24 de novembro, a partir das 20 horas, no **Taboo Eventos**, localizado na rua Bispo Dom José, 2096, no Batel. Os interessados em convites extras deverão entrar em contato com Yara, na Secretaria da associação (fones 3254-6567 e 99836-4058 – e-mail: contato@assejurpr.com.br). O local dispõe de estacionamento pago (R\$ 15,00), havendo outras opções nas proximidades. A organização sugere que os convidados utilizem serviços de táxi ou Uber, que poderão ser mais econômicos, cómodos e seguros.

Assejur se manifesta no CNJ

A Assejur apresentou considerações ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre dispositivos da Resolução nº 3/16, que consolida a Política Nacional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição. O documento dá resposta a uma **consulta pública** realizada pelo CNJ, além de defender as prerrogativas da carreira de assessor jurídico. A proposta inclui a renovação periódica dos membros do Comitê Gestor Regional e mudanças nos artigos 24, parágrafo primeiro, e 27, para que se “observem as especificidades dos cargos e carreiras, sendo vedadas a transposição de cargos e a fixação de padrões remuneratórios sem se observar a natureza, os requisitos de investidura e o grau de responsabilidade, complexidade e peculiaridade dos cargos componentes de cada carreira.”

Ação da Parana Previdência

No Informativo *Assejur* nº 9, foram divulgadas algumas informações sobre dois processos judiciais que tratam da **restituição de verbas** descontadas por servidores em favor da Parana Previdência. O crédito corresponde ao período que vai de 1998 a 2002, e envolve duas ações, na 1ª e na 2ª Varas da Fazenda Pública. De acordo com a Secretaria do Sindijus-PR (titular das ações), porém, houve erro da divulgação dos honorários. Diz o comunicado: “Para os filiados e para os que se filiarem até o mês de dezembro, os honorários advocatícios são de 4% (mais 4% para o Sindicato), e não 10%, como mencionado na matéria”. E, também: “Os valores correspondentes aos percentuais de desconto propostos (sobre os valores devidos a cada um dos substituídos) foram de 4% para os honorários advocatícios dos filiados ao Sindicato à época do ajuizamento da ação (e que permaneçam nessa condição durante o transcurso da ação), de 4% para o Sindicato e 3% para o perito (quando necessário), respectivamente. Os valores relativos aos percentuais deduzidos/separados serão objeto de retenção dos créditos dos substituídos processuais. Quanto a servidores não filiados, os valores ficaram em 20% para o advogado, 10% para o Sindicato e 4% para o perito”.

Mudanças na internet

Os trabalhos de renovação da página da Assejur na internet estão em fase final de execução. A expectativa é que o lançamento do novo portal ocorra no mês de dezembro deste ano. O Departamento de Imprensa e Comunicação, responsável pelo setor, está solicitando aos associados que colaborem com o conteúdo dos informativos. Haverá um espaço para a **publicação de artigos** (jurídicos ou não), resenhas, pesquisas, crônicas ou qualquer outro tipo de texto assinado. A Secretaria da associação também solicita aos colegas que façam, desde logo, contato com Yara, para atualizar seus cadastros. Até o seu relançamento, a página permanecerá fora do ar, devido à mudança de provedor, com a consequente alteração da sua base de dados. Nesse período, a comunicação escrita da Assejur será feita exclusivamente por meio de boletins eletrônicos.